



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 63

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1957

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.
1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.
3.º Secretário — Senador Vitorino Freire.
4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.
1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Lima Teixeira.
Freitas Cavalcanti.
Vitorino Freire.
Kerginaldo Cavalcanti.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Gaspar Velloso.
Ruy Carneiro.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Atílio Vivacqua.
Líneu Prestes.
Secretário — Miécio dos Santos Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 hs.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
Fernando Távora — Vice-Presidente.
Alô Guimarães.
Carlos Lindenberg.
Gomes de Oliveira.
Alencastro Guimarães.
Julio Leite (1).
1) Substituído temporariamente pelo Sr. João Mendes.
Reuniões: quartas-feiras, às dezesseis horas.
Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Ezechias da Rocha — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.
Gilberto Marinho.
Mourão Vieira.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Quintas-feiras às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes.
Carlos Lindenberg.
João Mendes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Othon Mäder.
Julio Leite.
Lino de Mattos.
Novaes Filho.
Domingos Velasco.
Suplentes:
Mendonça Clark.
Mourão Vieira.
Otacílio Jurema.
Atílio Vivacqua.
Líneu Prestes.
Mem de Sá.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nunes.
2) Substituído temporariamente pelo Sr. Costa Paranhos.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões às sextas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.
3 — Argemiro de Figueiredo.
4 — Saulo Ramos. (*)
5 — Sebastião Archer.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Rodrigo Lobo.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino. — Presidente.
João Villasbôas. — Vice-Presidente.
Lourival Fontes.
Bernardes Filho.
Gilberto Marinho.
Auro Moura Andrade.
Gomes de Oliveira.
Ruy Palmeira.
Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: — Quarta-Feiras às 16 Horas.

Comissão de Saúde Pública

1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.
2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.
3 — Ludovico.
4 — Ezechias da Rocha.
5 — Vivaldo Lima.
Secretária — Diva Gallotti.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Mendonça Clark.
Otacílio Jurema.
Sylvio Curvo.
Domingos Velasco.
Fausto Cabral.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 hs.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes. — Presidente.
Caetano de Castro. — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Maynard Gomes.
Francisco Gallotti.
Sá Tinoco.
Sylvio Curvo.
Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.
Secretária: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos. — Presidente.
Gilberto Marinho. — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Caetano de Castro.
João Mendes.

Mem de Sá.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões. — Quintas-Feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novalis Filho — Presidente.
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.
3 — Francisco Gallotti.
4 — Nelson Firmo.
5 — Coimbra Bueno.
Secretária: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Quarta-Feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quinta-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.
Domingos Velasco — Vice-Presidente.
Mendonça Clark — Relator.
Parsifal Barroso.
Coimbra Bueno.

Ezechias da Rocha.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasbôas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Paulo Fernandes.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente
 Attilio Vivacqua — Relator
 Alberto Pasqualini
 Lino de Mattos
 Secretário — Sebastião Veiga
 Reuniões — Quintas-feira.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Attilio Vivacqua — Presidente
 Lima Guimarães — Vice-Presidente
 Gilberto Mariano,
 Gaspar Velloso
 Ruy Carneiro
 Saulo Ramos
 Lourival Fontes
 Caiado de Castro
 Argemiro Figueiredo
 Daniel Krieger
 Mem de Sá
 Alvaro Adolpho
 Alo Guimarães
 João Villasboas
 Lino de Mattos
 Sa Tinoco
 Reuniões as-feiras às horas.
 Secretário — J. B. Castejon Branco

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente
 Ruy Carneiro
 Flinto Müller
 Francisco Gallotti
 Saulo Ramos
 Argemiro de Figueiredo
 Othon Mäder
 Kerginaldo Cavalcanti

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente
 Aarão Steinbruch — Relator Geral
 Tarso Dutra
 Jefferson Aguiar
 Cunha Mello — Presidente
 Moura Fernandes
 Licurgo Leite
 Silvio Sanson
 Lourival de Almeida
 Raimundo Brito.

ATA DA 40.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 29 DE MAIO DE 1957.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LIMA TEIXEIRA E FREITAS, CAVALCANTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vicente Lima — Mourão Vieira —
 Cunha Mello — Prisco dos Santos —

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior
 Semestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior
 Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIO

Capital e Interior
 Semestre Cr\$ 23,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior
 Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Sebastião Archer — Victorino Freire
 Arão Leão — João Abranches
 Aendonça Clark — Onofre Gomes
 Fausto Cabral — Fernandes Távora
 Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino
 Reginaldo Fernandes
 Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo
 Novais Filho — Nelson Firmino
 Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti
 Rui Palmeira — Júlio Leite
 Lourival Fontes — Neves da Rocha
 Juracy Magalhães — Lima Teixeira
 Sá Tinoco — Luterbach Nunes
 Arlindo Rodrigues — Alencastro
 Guimarães — Caiado de Castro
 Gilberto Mariano — Bernardes Filho
 Lineu Prestes — Lino de Mattos
 Costa Paranhos — Frederico Nunes
 Pedro Ludovico — Silvio Curvo
 João Villasboas — Flinto Müller
 Othon Mäder — Gaspar Velloso
 Gomes de Oliveira — Francisco Galotti
 Rodrigo Lobo — Daniel Krieger
 Mem de Sá — Laímeira Bittencourt. — (50).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Neves da Rocha, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, sob ns. 630, 631 e 662, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara
N. 90, de 1957

(N.º 886-B, DE 1955, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Substitui a Tabela n.º XIX, anexa à Lei n.º 1.229, de 13 de novembro de 1950. (Altera as carreiras do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Tabela n.º XIX, anexa à Lei n.º 1.229, de 13 de novembro de 1950, é considerada substituída, a contar de 14 de novembro de 1950, pela que acompanha a presente lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
N. 91, de 1957

(N.º 1.880-B, DE 1956, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Acrescenta um parágrafo ao artigo 4.º da Lei n.º 2.189, de 3 de março de 1954, que reorganiza os cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. C.) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É acrescentado ao artigo 4.º da Lei n.º 2.189, de 3 de março de 1954, o seguinte parágrafo:

"Art. 4.º

§ 3.º Os professores e assistentes não compreendidos nos casos de que trata os §§ 1.º e 2.º deste artigo, perceberão, por hora de aula data ou de trabalho executado, os honorários que forem fixados em regulamento, dentro dos recursos orçamentários".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
N. 92, de 1957

N.º 1.181--D, DE 1956, NA CAMARA DOS DEPUTADOS
 Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho passa a ter uma Secretaria, com a seguinte organização:

I — Seção de Dissídios (S.D.);

II — Seção de Previdência Social (S.P.S.);

III — Seção de Executivos Fiscais (S.E.F.);

IV — Seção de Administração S. A.).

Parágrafo único. A Secretária de que trata o presente artigo será dirigida por um Secretário.

Art. 2.º Haverá em cada Procuradoria Regional uma Secretaria sob a direção de um Secretário, designado na forma do art. 5.º

Art. 3.º Fica criado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de conformidade com a tabela anexa, o Quadro do Pessoal das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, constituído de cargos isolados de provimento efetivo, de carreira e funções gratificadas.

Art. 4.º Os servidores da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, da Secretaria da antiga Procuradoria da Previdência Social e das Procuradorias Regionais ora extintas, que já se encontravam em exercício nos referidos órgãos à data da publicação da Lei n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1951, ou que nêles já venham servindo há mais de 1 (um) ano, serão enquadrados nos cargos de carreira constantes da tabela anexa, respeitada a hierarquia funcional em que presentemente se encontrem.

§ 1.º O enquadramento constará de apostila a ser feita pelo Procurador Geral da Justiça do Trabalho, dentro em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei, com exclusão daqueles que, dentro do mesmo prazo, declararem opção pela permanência na situação primitiva.

§ 2.º As vagas restantes na tabela anexa serão providas por promoção, sendo a primeira independentemente de interstício; e, para os cargos iniciais da carreira, por concurso de provas.

§ 3.º Ficam automaticamente extintos, nas tabelas respectivas, os cargos ou funções atuais dos servidores cujo aproveitamento for feito na forma do § 1.º deste artigo.

Art. 5.º As funções gratificadas serão exercidas mediante designação do Procurador Geral da Justiça do Trabalho.

Art. 6.º Ficam extintas no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as atuais

funções gratificadas de Chefe da Secretaria da Procuradoria Geral do Trabalho, Chefe da Secretaria da extinta Procuradoria da Previdência Social, bem como 8 (oito) funções de Secretaria de Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho.

Art. 7.º. As carreiras de Oficial de Procuradoria e Auxiliar de Procuradoria são privativas dos Quadros das Secretarias dos órgãos do Ministério Público da União.

Art. 8.º. Fica assegurado aos ocupantes das classes finais das carreiras de Auxiliar de Procuradoria e Servente o ingresso nas carreiras de Oficial de Procuradoria e Contínuo, respectivamente, obedecidos o disposto no art. 255 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e na respectiva regulamentação.

Art. 9.º. Compete ao Procurador Geral da Justiça do Trabalho lotar, através de portaria, os funcionários do Quadro das Secretarias do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho, atendendo às necessidades do serviço e observada a legislação vigente.

Art. 10. Ficam centralizados na Seção de Administração da Secretaria da Procuradoria Geral os assentamentos funcionais de todos os servidores das Secretarias Regionais, cabendo-lhe enviar cópias autenticadas desses assentamentos à Divisão do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A par do controle de que trata este artigo, haverá em cada Secretaria fichários do respectivo

pessoal com rigorosa atualização da vida funcional dos servidores.

Art. 11. Os servidores das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho perceberão a partir da vigência desta lei, as gratificações adicionais, por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 12. Serão considerados efetivos, nas respectivas categorias ou na classe inicial, conforme o caso, os atuais membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, interinos e substitutos, desde que contem mais de 2 (dois) anos de exercício ou de serviço público e se habilitem em concurso de títulos a ser realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta lei.

Parágrafo único. O concurso a que se refere este artigo será realizado na forma do art. 3.º § 2.º da Lei n.º 1.341 de 30 de janeiro de 1951.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro em 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei, baixará regulamento para as Secretarias do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

Art. 14. A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Vagos
I Cargos de carreira:			
Oficial de Procuradoria			
7	O	7
7	N	7
7	M	7
8	L	8
9	K	9
9	J	9
47		47
Auxiliar de Procuradoria			
15	I	15
20	H	20
25	G	25
60		60
Contínuo			
2	H	2
3	G	3
5	F	5
10		10
Servente			
8	E	8
12	D	12
20		20
II Cargos isolados de provimento efetivo a serem extintos quando vagarem:			
1	Assistente Jurídico	O	

Número de Funções	Séries Funcionais	Referência
1	Auxiliar de Portaria	K
1	Auxiliar de Portaria	J
III Funções gratificadas		
1	Secretário (P. G. J. T.)	FG-3
3	Assistente (P. G. J. T.)	FG-3
4	Chefe de Seção (P. G. J. T.)	FG-4
1	Chefe de Portaria	FG-7
2	Secretário (P. R. T. 1.ª e 2.ª Regiões)	FG-4
6	Secretário (P. R. T. demais Regiões)	FG-5

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, não faz muitos dias ocupei a tribuna desta Casa para, mais uma vez, defender meu ponto de vista nacionalista. Nessa ocasião, em breve retrospecto, referi-me também à Petrobrás. Se não me falha a memória, recordei, então, que, quando daquela batalha excepcional, ao apagar das luzes, timbrei em salientar que o entreguismo impenitente alçaria o colo, sempre e sempre, para vir de novo à tona, investindo contra o monopólio estatal. Jamais, em tempo algum, deixei de acentuar que minha orientação nada tem que ver com quaisquer intuítos políticos, nada tem que ver com o Governo ou com as oposições; é um ponto de vista doutrinário e elevadamente político, no sentido construtivo da nacionalidade.

Sr. Presidente, não estaria eu, hoje, nesta tribuna — devo confessá-lo — se não houvesse deparado no "Diário de Notícias" de domingo último, artigo de pena amestrada, como os que ali se escrevem, chamando a atenção para a circunstância de que, nesta Casa, onde a pugna fôra das mais ardorosas nos últimos dias, mantiveram-se sem explicação, em silêncio, quando noutros setores da opinião parlamentar era discutido um dos aspectos atinentes às refinarias nacionais.

Apesar do fogo que por vezes pontei minhas orações, da vivacidade com que entro nos debates, enfrentando a eloquência superior dos meus pares, sou, contudo, um homem de ponderação, que, nesta Casa, me enfileiro entre os de espírito afeito a reflexão, não avançando senão no momento oportuno, preferindo, realmente, — deixem-me que o diga — mastigar a matéria, para só, então, apresentá-la ao debate.

Com ponto de vista nacionalista, que espantei sempre proclamar, não iria, em tempo algum, fôsem quais fôsem as circunstâncias, permitir a paralisação dessa luta, que jamais deve ter armas ensarilhadas, senão aparentemente, porque os vultuosos interesses que ela encarta, não permitirão pausa neste embate de tanta importância para a coletividade brasileira.

Acompanhando o que se passa na outra Casa do Parlamento, li discurso brilhante, proferido pelo deputado Adahil Barreto, e — também, como constelação, matizando as palavras do parlamentar cearense, os apartes oferecidos ao representante daquele Estado. De qualquer modo, porém, na matéria que seria a principal, a referente à refinaria de Capuava, não houve, entretanto, apesar de interposição, resposta de caráter oficial, par-

tida do Coronel Janary Nunes, atual Presidente da Petrobrás.

Recorde-me, porém, de que não faz muito tempo, um dos órgãos de publicidade — ou mais de um — nesta Capital, investia contra o Sr. Janary Nunes, pôr atribuir-lhe eiva, que supunha desgraciosa — a de ser nacionalista.

Onde, então, a verdade? Seria o homem de ontem ou o homem de hoje? a transmutação deca-se tão rapidamente? Não seria de crer.

Dai por que, Sr. Presidente, nós nacionalistas, homens reflexivos, aguardaríamos oportunidade segura e mais esclarecida para, só então, emitirmos a nossa opinião e formarmos o nosso conceito.

Sr. Presidente, V. Exa. e o Senado não desconhecem — porque é recente e, poderia dizer mesmo, de todos os dias, — o alarido que se levantou contra o Coronel Janary Nunes. V. Exa. e o Senado sabem que J. Sa., cheio de entusiasmo, proclamando as excelências da Petrobrás, desencadeou contra a sua pessoa uma onda de derrotismo e desconfiança, cujas origens não desejo esmiuçar, mas que ficaram sob suspeição até que os fatos viessem ou não a confirmar as acusações.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Os apartes de V. Exa. honram-me sobremaneira.

O Sr. Juracy Magalhães — Pediria a V. Exa. para não confundir a campanha de fiscalização sobre a Petrobrás, no sentido de tornar mais eficiente a sua administração, com o movimento entreguista, que merece a nossa total condenação. Pessoalmente, tive oportunidade de apresentar à Mesa dois requerimentos de informação sobre fatos ocorridos na Petrobrás. Tenho mais quatro formulados, mas não os apresentei porque minha sensibilidade política deu-me a intuição de que não era conveniente fazê-lo, no momento, para que não se pudesse confundir uma voz que deseja o aperfeiçoamento da Petrobrás com as que querem a destruição da grande empresa, da qual tive a honra de ser o primeiro Presidente. Considere V. Exa. as duas faces do problema. Os que atacam a administração do Sr. Janary Nunes nem sempre são contrários à Petrobrás, antes desejam vê-la fortalecida por administrações eficientes. Pensei pedir a transcrição, em nossos Anais, da notícia publicada no *Hanson Latin American Letter*, segundo a qual o Governo brasileiro estaria preparando um plano para rever a política nacional do petróleo. Desso documento, creio, tiveram ciência todos os Srs. Senadores, porque a im-

prensa o publicou. Não houve, porém, qualquer atitude da Maioria desta Casa, no sentido de defender ou explicar a posição do Governo. Assim, não me pareceu necessário incluir, nos nossos Anais, aquela informação, da mais alta gravidade. Só por isso acredito que V. Exa., não se tenha pronunciado, como eu não o fiz, sobre a matéria.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Essa distinção eu sempre a fiz e continuarei a fazer. A vigilância em torno da Petrobrás é nacionalista; é nacional. Está a cargo de todos os brasileiros e sobremaneira, de nós, parlamentares.

Quando me referi ao Coronel Janary Nunes foi para salientar que, com o espírito de reflexão que caracteriza os Senadores, estava aguardando qualquer palavra, de caráter oficial, que me permitisse passar da sua atitude e dos seus propósitos.

De fato, peço a atenção do Senado para uma circunstância que V. Exa., como os demais pares não ignoram. Não há muitos meses, levantou-se um barulhar tremendo contra o Coronel Janary Nunes a propósito de atitudes suas interpretadas como marcadamente de caráter nacional.

Os requerimentos que V. Exa. fez e que virá a fazer, só poderão contar com meus aplausos, porque reconheço que o nobre colega tem estado ao lado da causa da nossa Pátria que é a do petróleo.

Faço esta declaração de alma alegre e coração ligeiro, porque, realmente, assim o entendo.

O ilustre colega fez referência a uma publicação da "Hanson Latin American Letter". Tenho ouvido vários comentários à mesma, inclusive, através de discursos de Seixas Dória e outros grandes parlamentares que, na Câmara Federal, versam proficientemente o assunto.

Sr. Presidente, com toda a sinceridade, não dou essa importância ao que diz a imprensa estrangeira. Não sei se por meu feito nacionalista, tenho, até mesmo, relativo desprezo por essas opiniões. Julgo que o Presidente da República, o eminente Senhor Juscelino Kubitschek, tem problemas mais graves, mais importantes e fundamentais para o Brasil, do que se preocupar com o que porventura — e talvez de encomenda — digam alguns jornais dos Estados Unidos da América do Norte, da Inglaterra, da Itália ou da França.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Creio não devemos confundir a "Hanson Latin American Letter" com qualquer periódico da imprensa americana. Trata-se de publicação especializada, que dá informações a estabelecimentos de crédito, a firmas que negociam com a América do Sul, com os Estados Unidos, ou empresas que aqui se estabeleceram. Essas informações, sei bem, são muito acatadas no meio americano. Vivi nos Estados Unidos por mais de um ano, e recebi informações, inclusive, sobre o conceito por ela expendido, quando fui nomeado Presidente da Petrobrás. É uma fonte de informações muito acatada. Daí, a meu ver, a conveniência de o Governo prestar, logo, esclarecimento público, que desfaça a intriga surgida no estrangeiro; não que o Executivo brasileiro vá orientar-se pelas notícias da imprensa estrangeira, mas para que seja ele bem julgado em todos os setores da vida nacional e internacional. Julgo estar o Governo no dever de, imediatamente, esclarecer sua posição, visto não se poder esquivar ao valor do que foi dito na referida publicação.

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não obstante pertencer eu à

Maioria, creio que a voz autorizada para uma resposta a V. Exa. é aquela que acaba de solicitar permissão para o aparte: a do meu eminente amigo e líder Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. tem autoridade bastante para falar em nome da Maioria, cujo quadro honra.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Filinto Müller — Peço o aparte apenas para tranquilizar o Senado, em face da informação prestada pelo eminente Senador Juracy Magalhães, conheço realmente a importância que tem a *Hanson Latin American Letter* nos Estados Unidos, como órgão que informa os meios econômicos e financeiros. Baseada sempre em estudos a que manua proceder, suas informações via de regra têm grande veracidade. Neste caso, entretanto posso assegurar a V. Exa., ao nobre Senador Juracy Magalhães, ao Senado e à Nação que o Governo da República não está, absolutamente cogitando de alterar a política trazida para o petróleo e que podemos simbolizar no desenvolvimento da Petrobrás. Em declarações públicas, em discursos pronunciados em vários pontos do território nacional, o Chefe do Governo tem afirmado seu propósito inabalável de prestigiar a Petrobrás, manter a solução monopolista do petróleo. Não somente os discursos do Sr. Presidente da República, nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, contestam a informação da *Hanson Latin American Letter*, mas também, sua atuação, as providências que vem tomando através do ilustre Coronel Janary Nunes, para ampliar os serviços da Petrobrás, dotando-a de todos os recursos necessários para que, realmente, cumpra sua finalidade e resolva o problema do petróleo. Considero realmente grave a informação prestada pela revista norte-americana e justifico, plenamente, a preocupação do nobre Senador Juracy Magalhães. Afirmando, todavia, ao Senado, que o Governo da República não pensa em organizar planos para modificar a política do petróleo que vem, até hoje, seguindo.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não de conceder-lhe o aparte, nobre Senador, Juracy Magalhães, peço-lhe que me deixe fazer ligeiros comentários às palavras do ilustre Líder da Maioria.

O Sr. Juracy Magalhães — Pois não. Aguardarei a oportunidade, com o acatamento, que Vossa Excelência me merece.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, sinto-me com efeito muito honrado com as palavras do nobre Líder da Maioria, e creio que já deve encontrar-se tranquilizado o nobre Senador Juracy Magalhães. Se o que S. Exa. desejava era a manifestação da autoridade, *magister dixit parere debemus*, aí a tem através da palavra do ilustre Senador Filinto Müller, que ressoa como se fosse a do próprio Sr. Juscelino Kubitschek.

De certo modo, nobre colega Senador Juracy Magalhães, não é de hoje que se veicula insidiosamente que o Sr. Presidente da República tem a intenção de ferir o monopólio estatal. Creio mesmo que antecedeu, através de seus adversários, a sua posse na Presidência da República. De lá para cá, nesse mesmo refrão, o continuismo dessa hipótese tem surgido aos saltos: hoje aqui, amanhã ali, mas sempre numa constante que daria o que pensar não fossem as reiteradas declarações de S. Exa. de que não pretende, de maneira alguma, infringir ou vulnerar o Estatuto da Petrobrás.

Sr. Presidente, temos que admitir que o cidadão, Presidente da República do nosso País, neste caso o maior magistrado político da nossa

Pátria, quando fala, deve exprimir os seus sentimentos, os seus pensamentos e, também, a verdade; enquanto não se demonstrar o contrário, temos que dar esse crédito de imensa confiança ao Sr. Juscelino Kubitschek.

Ora, o Sr. Presidente da República, através de todos os órgãos por que se manifesta, não tem tido outra linguagem. Seja nos discursos que proferi através da "Voz do Brasil", seja nos que tem proferido noutros recantos do nosso País, não se ouviu ainda, de S. Exa., qualquer afirmação, no sentido de modificar o Estatuto da Petrobrás.

Ouvirei, agora, o nobre colega Senador Juracy Magalhães, cujo aparte me honrará.

O Sr. Juracy Magalhães — Ouvi a declaração do nobre Líder da Maioria com grande acatamento. Não tenho razões para me enfileirar entre aqueles que, como V. Exa., concedem imenso crédito de confiança ao Sr. Presidente da República. Entendo, porém, que uma declaração, trazida ao Senado pela voz autorizada do eu Líder da Maioria é de molde a tranquilizar a opinião pública brasileira. Os fatos é que evidenciaram-se, na realidade, por trás dessa cortina há alguma manobra entre-guista ou se, ao contrário, os brasileiros podem estar tranquilos de que a Petrobrás continuará, triunfalmente, a cumprir a sua tarefa patriótica.

Devo ainda declarar a V. Exa. — argumentando sobre a distinção que é indispensável fazer entre os que criticam a Petrobrás, para torná-la mais eficiente, e aqueles que o fazem com o propósito de destruí-la — que os meus dois requerimentos versaram assuntos da mais alta importância econômica para a Petrobrás e para o Brasil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Congratulo-me com V. Exa. por este fato.

O Sr. Juracy Magalhães — Um deles era sobre o terminal marítimo de Santos, cuja não construção, importaria num prejuízo anual, para a empresa e a economia nacional, superior a 1 milhão de dólares. Quem assinou o contrato para o fornecimento de óleo de Cubatão foi a diretoria da Petrobrás, sob a minha presidência. Num das cláusulas, estava previsto que, depois de dois anos de iniciado o fornecimento, haveria uma diferença de oito centimos por barril de óleo importado, se este pudesse vir ao Brasil em super-tanques em vez de nos navios petroleiros, que atualmente o transportam. Não tendo sido adotadas, oportunamente, providências para a construção desse terminal marítimo, houve erro gravíssimo de administração. O meu requerimento dava ao Presidente da Petrobrás o encargo de esclarecer a posição da atual Diretoria, em face do problema. Dois dias depois de apresentado o requerimento, S. Exa. telefonou-me pedindo para conversar comigo. Marquei-lhe uma hora, nesta Casa. Passados quarenta minutos da hora aprazada, liguei o telefone para a Presidência da Petrobrás; e o assistente administrativo do Coronel Janary Nunes informou-me que S. Exa. se esquecera do compromisso. Viria, no entanto, entender-se comigo em outra oportunidade; e pediu um milhão de desculpas, pois estava com dois estrangeiros conversando sobre outros assuntos de importância para a Petrobrás. Não deu S. Exa. mais qualquer informação a respeito, e sequer respondeu aos meus requerimentos. O segundo deles, conforme V. Exa. sabe, versava sobre o emprêgo inapropriado do óleo de Matupe na usina de Cubatão, com graves consequências técnicas. Dei a S. Exa. o r. Presidente da Petrobrás oportunidade de esclarecer os motivos por que assim procedera. Quem administra uma empresa como a Petrobrás deve fazê-lo com janelas de vidro, pa-

ra que toda a opinião pública veja o que se está passando.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem. O Sr. Juracy Magalhães — Não creio seja atitude de fortalecimento da Petrobrás o silêncio em que S. Exa. se enclausurou. Perdoo-me o nobre orador a extensão do aparte, o qual visava esclarecer atitude muito nítida, em face da Petrobrás.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O aparte do nobre Senador Juracy Magalhães é assaz esclarecedor. Coloca-me à vontade, inclusive para declarar que não estou detendo ou criticando a administração do Coronel Janary Nunes. Na verdade, ocupei a tribuna para dar uma explicação ao *Diário de Notícias*, agradecendo-lhe a cortesia, pela circunstância de ter estranhado o nosso silêncio — direito, melhormente, o meu silêncio — em derredor deste assunto.

O Sr. Costa Paranhos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Costa Paranhos — Aproveito a oportunidade para fazer um comentário em torno da nota do brilhante órgão da imprensa carioca, "*Diário de Notícias*". Esse jornal, naturalmente, esqueceu-se de que sou substituto do Senador Domingos Velasco e não tratei ainda do assunto, nesta Casa. Declaro, por isto, a V. Exa. e àquele matutino, neste momento, que me coloco na mesma linha nacionalista dos demais companheiros do Senado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É muita honra para todos nós.

O Sr. Costa Paranhos — Oportunamente, após estudo mais acurado da matéria, ocuparei a tribuna.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, estou na esperança de que o Coronel Janary Nunes, o quanto antes, acorra ao prego do nobre Senador Juracy Magalhães, oferecendo-lhe a resposta elucidativa de que tanto precisa, e, mais do que ele, todos nós. Estou certo de que aquele ilustre militar fornecerá, com os conhecimentos que possui, explicação satisfatória. Mas, se o não fizer, pode o nobre colega estar certo de que ele terá a reprovação dos nacionalistas, pois a questão do petróleo é tão fundamental, para nós, que não conhecemos fronteiras partidárias. Sabe o nobre Senador Juracy Magalhães — que desse fato é um dos grandes pregoeiros — que o partido a que se filia e do qual é, ao mesmo tempo, preclaro Líder nesta Casa, foi um dos defensores do monopólio estatal do petróleo no Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — Foi por emenda da União Democrática Nacional que se estabeleceu o monopólio estatal, na criação da Petrobrás.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É bem verdade, porém, Sr. Presidente, que o sub-líder nesta Casa, da União Democrática Nacional, foi um dos combatentes mais tenazes contra o monopólio estatal do petróleo. Daí afirmar eu que a questão transcende as fronteiras partidárias; é assunto do mais alto, do mais acendrado patriotismo, diante do qual brasileiro algum pode recuar, sejam quais forem as consequências.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não com prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Devo esclarecer a V. Exa. que justamente por isso o assunto foi agora ventilado na última convenção da União Democrática Nacional, na qual ficou estabelecida, como linha geral do Partido — a que todos os correligionários devem obediência — a defesa do monopólio estatal da Petrobrás. Informo, ainda, a V. Exa. que alguns companheiros, que divergiam dessa orientação, usavam de um direito seu, pois não era, até então, ponto do programa do Partido. Agora não; existe uma

decisão da Convenção do Partido, o órgão supremo para fiar as diretrizes partidárias. Daqui por diante, V. Ex.^a verá a União Democrática Nacional inteiramente unida para compreender a deliberação do Partido. De V. Ex.^a no entanto, se lembra de que, no nosso setor, houve alguma voz isolada de combate à criação da Petrobrás, como monopólio estatal, ponderoso-lhe que nas fileiras do Partido Social Democrático se encontra a voz mais tenaz, a qual, antes e depois de criada a Petrobrás, vem batalhando, sistematicamente, contra a continuidade dessa linha de exploração do petróleo nacional.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não há dúvida; e sim, o meu foi a vontade para reconhecer o que V. Ex.^a revela. Eis por que frisei não pertencer a questão da Petrobrás a nenhum partido, pois é do interesse do Brasil. Acredito mesmo existam brasileiros, de boa fé, compenetrados de que seria melhor uma reforma do Estatuto da Petrobrás. Nós, nacionalistas, entretanto, após meditar, chegamos à conclusão de que tão poderosos são os meios de que dispõem os trusts, para investirem contra o monopólio estatal, que a menor brecha provocaria a avalanche de água que se derrama através de uma ruptura como a dos nossos açudes sertanejos. Iria tudo de cambulhada; seria tudo levado de roldão.

Meu nobre colega, quando fez referência ao Sub-Líder da União Democrática Nacional, que defendeu, nesta Casa, ponto de vista oposto ao nosso, não foi, nem de longe, com o pensamento de diminuir o esforço patriótico e dedicado daquele partido, na defesa do monopólio estatal. Quiz, apenas, acentuar o aspecto unilateralíssimo de que, do lado da UDN, também houve quem, com a responsabilidade até de liderança, contrariando uma idéia geral do seu partido, não de modo oficial, mas oficioso, se levantasse contra o monopólio estatal. Não quiz, nem de longe, declarar que nas fileiras de outros partidos, não houvessem opositores ainda mais ferrenhos, porque seria eu ignorar que, nesta Casa, teve assento o Senador Assis Chateaubriand, meu grande adversário, cujo nome declino com o maior acatamento. Foi S. Ex.^a, com efeito, quem proferiu as orações mais veementes, senão violentas, contra o monopólio estatal do petróleo; mas à sua frente, Sr. Presidente, logo aos primeiros passos, surgiu aquele, o excelso, que foi Landulpho Alves, eminente colega que recordo com reverência e saudade, e que escreveu uma obra admirável que todos podemos manusear, a propósito da questão do petróleo no mundo e, especialmente, no que interessava à economia brasileira.

Em outros Partidos também surgiram vozes altas e eloquentes, vozes vulcânicas que forjaram o instrumento de redenção nacional que é, com efeito, a Petrobrás.

Sr. Presidente, posso compreender as divergências, sem que isso importe, da parte dos que discordam, na mínima das mínimas diminuições, dos homens de idéias, dos homens de pensamento, dos homens de cultura, dos homens de observação, dos homens de responsabilidade pública, que podem, sob prismas diversos, encarar um problema como a questão do petróleo; encontrá-lo, talvez, fórmulas que apresentem como as melhores; poderão esquadriñar o assunto de modo que os aspectos nos pareçam seduzires. Mas, o que fizemos, o que fez o Parlamento, foi encontrar uma linha através da qual se norteasse, ou se orientasse melhormente, superando responsabilidades e conveniências, olhando para o mundo, encarando os fatos políticos e sociais, chegando, afinal, à conclusão de que entre os males o menor seria o de encontrar a linha rígida em que colocou o Estatuto Nacional

do Petróleo. Isto porque, no âmbito da alma nacional, nas estratificações anais íntimas do sentimento brasileiro, estava o instinto de que era preciso reagir, fosse como fosse, contra os arremessos poderosos do capitalismo internacional.

O povo brasileiro defendeu-se com as armas de que dispunha, armas realmente redentoras e que propiciaram as gerações que estão por vir, dias melhores, de paz e de tranquilidade.

Sr. Presidente, como explicava, nos inteiros desta obscura brilhação, era justamente a necessidade de conhecer os esclarecimentos de caráter oficial que me conduzia a examinar, com o maior escrúpulo, qualquer assunto que se referisse à Petrobrás. Sou apontado como um exaltado. Alguém me tem, creio eu, como um inimigo do capital estrangeiro. Há quem diga que ao alienígena também sou hostil. Tudo isso se clama, conclama e brame por toda a parte, contribuindo para uma atmosfera irreal, pelos aspectos negativos com que apresentam minhas atitudes e focam meus propósitos. V. Ex.^a, porém, Sr. Presidente, que de há muito acompanha meus passos, há de ter notado que sempre havia de minha parte larga margem de benevolência para o capital construtivo, as iniciativas remuneradas, a tudo aquilo que traz, para nós, melhores dias, não negando a vantagem do dinheiro estrangeiro que se incorpora à nossa vida, porém, recusando ao capital de fachada, de mentira, ao capital que vem para voltar em dólares triplicados, às virtudes que muita gente apregoa.

Tenho defendido, constantemente desta tribuna, os direitos de nossa gente, as necessidades do nosso povo, escoreado por uma política econômica nefasta que se procrastina através dos governos e que precisamos de remediar, se quisermos por paradeiro à miséria do povo.

Tenho proclamado aos trabalhadores, sem ser trabalhista, mas com a orientação social, que a posição dos homens de responsabilidade do meu país é a de enfrentar e dominar angústia que se debreça sobre todos nós.

Da Bahia veio o primeiro jorro de sangue novo. A terra de Rui Barbosa abriu o flanco dádivo; na Amazônia, cheia de selva misteriosa, também o Brasil palpita num coração de petróleo.

Em toda a parte, as esperanças vêm alentar os brasileiros, e, de toda parte, esperamos que nos advenha o raio de uma nova era, que surja uma nova época de redenção e emancipação econômica, de que tanto estamos carecidos, para nos libertarmos das garras do capitalismo internacional, sobretudo do mais nefasto que é o capitalismo dos Estados Unidos da América do Norte.

Sr. Presidente, como já disse, e vou repeti-lo, enquanto não realizarmos essa ablação, pode V. Ex.^a estar certo de que continuaremos imersos nesse inflacionismo que desonra as energias de nosso País. O mal não está somente aqui dentro; encontra-se também lá fora. Os tentáculos do polvo capitalístico norte-americano reduzirão nosso País à miséria, se, quanto antes, os brasileiros não despertarem dessa sonolência, desse sono de ópio, para se darem a si mesmos, num esforço conjugado, a bem dos interesses de nossa Pátria.

E' contra esse torpor, Sr. Presidente, que tenho alteado minha voz de nacionalista. E' contra isso que, em nome do povo brasileiro escorçado, tantas vezes ocupo esta tribuna, servindo de escárnio à publicidade paga, mas criando, queiram ou não queiram, força de ontem em contato com a terra, que é o solo onde nascemos e pelo qual pelejarei em todos os dias de minha existência, e continuarei ocupando tribuna enquanto me permitir e mandato que

confiou o povo do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, com efeito, Sua Excelência, o Presidente da República por mais de uma vez tem sido convidado a falar em torno de seus propósitos e de sua orientação, no que se refere ao programa do monopólio estatal do petróleo. Posso asseverar ao Senado, sem receio de contestação, que o Sr. Juscelino Kubitschek não fez, uma só vez até hoje, qualquer declaração, que contrariasse o Estatuto da Petrobrás. Não posso investir contra o Presidente da República, sob o critério de mera suposição ou de mera conjectura.

O Sr. Costa Paranhos — Pelo contrário, Sua Excelência tudo tem feito a favor dessa política.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado pelo aparte de V. Ex.^a.

Não podemos, Sr. Presidente, por que dentro de suposições, nos perderíamos. As suposições são realistas e elásticas, e, dentro de sua elasticidade, onde chegávamos? Temos de repetir, conforme disse, que as afirmativas de Sua Excelência, de que não tocará nem influirá para que alterem o monopólio estatal do petróleo, devem não só ser admitidas, como acreditadas. Só fatos podem desmentir ou desacreditar o Sr. Presidente da República. Enquanto estes não surgirem, seria alevisia de nossa parte quisermos estruturar acusação infundada que, de maneira alguma, poderia honrar-nos.

Se o Sr. Juscelino Kubitschek, em alguns dos seus passos, de suas palavras, de suas atitudes, houvera manifestado a intenção de opor-se à Petrobrás, asseguro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que eu estaria nesta tribuna ontem como hoje, para censurar-lhe asperamente o procedimento.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Além, até hoje, o Sr. Presidente da República jamais voltou atrás do que afirmou, como candidato à Presidência da República, sobre assuntos básicos, em relação ao Brasil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado a V. Ex.^a, que, vai com seu aparte, além das lindas a que limitei meu discurso. Sua contribuição, entretanto, não deixa de ser eficiente, e, esclarecedora.

Sr. Presidente, está assim respondido o tópico que se refere à minha pessoa, neste brilhante espetáculo que, leio constantemente, o Diário de Notícias.

Quero, no remate, agradecer ao Redator a maneira amável com que versou o assunto, sobretudo no que se refere à minha modesta pessoa. Desejo, ainda, declarar ao País, que esta tribuna não é minha; não me pertence; ela é, realmente, do povo. Para esta tribuna mandou-me umas das menores coletividades políticas do País, o Estado do Rio Grande do Norte. Mandou-me com a altivez generosa de seus filhos; mandou-me para que eu fosse o intérprete dos seus pensamentos, a voz do seu coração; para que eu fosse, nesta Casa, a sua língua ardente, torrida, como seus campos; mandou-me, para que viesse dizer à Nação que, se somos pequenos em superfície, temos uma alma capaz de abraçar o Brasil.

Aqui estou, Sr. Presidente, mais uma vez, no cumprimento desse dever imperioso e para dizer a V. Ex.^a que sou nacionalista, e defenderei, enquanto forças tiver, contra tudo e contra todos, o monopólio estatal do petróleo. (Muito bem; muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nome Senador Kerginaldo Cavalcanti, primeiro a ser inscrito.

O SR. PRESIDENTE:

Há outros Srs. Senadores inscritos. Entretanto, estando para esgotar-se a hora do expediente, dar-lhe-ei a palavra depois da ordem do dia.

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Filinto Müller.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n. 173, de 1957

Tendo em consideração a relevância do problema da reforma tarifária das alfândegas, cuja realização vem sendo instantaneamente reclamada pelos interesses econômicos e financeiros do país, e atendendo à necessidade de se preparar desde já o Senado para o pronunciamento que oportunamente terá de dar sobre o respectivo projeto, requer, com fundamento no art. 37 do Regulamento Interno, seja constituída uma Comissão Especial de nove membros para iniciar imediatamente os necessários estudos para esse fim, inclusive acompanhando, pelos meios adequados, os que se processarem na outra Casa do Congresso, em em órgãos especializados do poder público ou de natureza privada.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1957. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia.

Vai ser lido outro requerimento. E' lido o seguinte

Requerimento n. 174, de 1957

Nos termos do art. 156, § 3.º do Regulamento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 75, de 1957, que autoriza a abertura dos créditos especiais de Cr\$ 1.500.000,00 e de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento dos auxílios concedidos à Polícia Militar Geral do Rio de Janeiro pela Lei 2.119, de novembro de 1953, e ao Hospital do Pronto Socorro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, em 20-5-1957 — Gilberto Marinho — Daniel Krieger — Filinto Müller — Argemiro de Figueiredo — Juracy Magalhães — João Villasboas — Lutterbach Nunes — Ezequias da Rocha — Julio Leite — Rui Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

Também esse requerimento será apreciado depois da ordem do dia. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 130, de 1955, que dispõe sobre a extinção da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras e transferência dos encargos e dotações da mesma Comissão; e, em pareceres: I — Sobre o Projeto (ns. 79, 80 e 232, de 1956) das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Segurança Nacional, favorável; e de Finanças, favorável, com modificação, II — Sobre as emendas (ns 141 a 143, de 1957) das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Segurança Nacional, contrário; de Finanças, favorável, oferecer a 2.ª 1.ª C e favorável a de 2.ª

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n. 175, de 1957

Nos termos dos arts. 126, letra i, e 156, letra a, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara, n.º 130, de 1955 a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1957 — Othon Mader.

O SR. PRESIDENTE:

Em obediência ao voto do plenário, o projeto é retirado da ordem do Dia, para audiência da Comissão de Relações Exteriores.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1952 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n.º 5, de 1949, que torna sem efeito o Decreto-lei n.º 5.784, de 30 de Agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Estrada de Ferro Central do Brasil; tendo pareceres favoráveis (ns. 37 a 39, de-1953) das Comissões de: Constituição e Justiça, Transportes, Comunicações e Obras Públicas e, de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa)

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, solicitei a palavra para prestar esclarecimentos sobre a matéria cuja discussão V. Ex.ª acaba de anunciar e a fim de que não paire dúvida no espírito dos Senhores Senadores.

Votamos, e o Poder Executivo sancionou projeto de lei que determinou a transformação das estradas de ferro da União em sociedades anônimas e, agora, vamos legislar sobre o mesmo assunto, desincorporando da Central do Brasil duas empresas ferroviárias para incorporá-las à Leopoldina.

A proposição inicial, apresentada pelo eminente Senador Alfredo Neves, determinava imperativamente a revogação do Decreto n.º 5.784, de 30 de agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Central do Brasil, e trazava normas quanto à efetivação da incorporação.

Depois do andamento normal no Senado, foi remetida à Câmara dos Deputados e de lá voltou com o substitutivo que vamos agora apreciar.

Se se tratasse de determinação imperativa, da incorporação das Estradas de Ferro Maricá e Teresópolis à Leopoldina, como rezava o anterior projeto, evidentemente, seria inconveniente a aprovação do substitutivo. Não poderíamos saber, neste momento, se entraria ou não em choque com a lei referente à Rede Ferroviária Nacional S. A.

A Câmara dos Deputados, entretanto, muito acertadamente, transformou aquela determinação imperativa do art. 1.º do Projeto Alfredo Neves em autorização:

"E o Poder Executivo autorizado a promover, pelos meios regulares, a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina".

Nos artigos subsequentes determina-se o levantamento do acervo do material dessas ferrovias.

Se rejeitássemos o substitutivo da Câmara dos Deputados, para ficarmos com o Projeto original, aprovado pelo Senado, dificultaríamos a aplicação da nova lei referente à Rede Ferroviária Nacional S. A.

O Substitutivo da Câmara "autoriza" simplesmente o Poder Executivo

Claro que, se inconveniente para a boa política ferroviária a incorporação das Estradas de Ferro Maricá e Teresópolis à Leopoldina, e, ao contrário, conveniente a manutenção de seu vínculo com a Central do Brasil, o Governo não se valerá da autorização.

O Senado deve aprovar o Substitutivo da Câmara, rejeitando, em consequência, o projeto original do Senado.

São estes, Sr. Presidente, os esclarecimentos que entendi do meu dever trazer ao Plenário. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão. Em votação o substitutivo.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está aprovado, e, consequentemente, prejudicado o projeto.

E' o seguinte o projeto aprovado que vai à Comissão de Redação.

PROJETO DE LEI I DA CAMARA

N.º 132, de 1952

Emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Federal que revoga o Decreto-lei n.º 5.784, de 30 de agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover, pelos meios regulares, a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina.

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, providenciará para a imediata organização do inventário dos bens que integram o patrimônio das duas Estradas, devendo ser concluído até a data de suas transferências à Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 2.º O Ministério da Viação e Obras Públicas providenciará acerca da adaptação do pessoal constante das tabelas numéricas de mensalistas e diaristas das Estradas de Ferro Maricá e Teresópolis, que passarão a integrar as respectivas tabelas da Estrada de Ferro Leopoldina, ressalvados os direitos e vantagens relativamente à antiguidade de referência dos funcionários das estradas incorporadas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E' o seguinte o projeto prejudicado:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 5.784, de 30 de agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º A arrecadação dos bens da Estrada de Ferro Maricá far-se-á pelo inventário a que se refere o artigo 1.º, parágrafo único, do Decreto-lei citado.

Art. 3.º Enquanto o Governo Federal não houver realizado o plano de distribuição e organização ferroviária do Estado do Rio de Janeiro a Estrada de Ferro Maricá terá administração própria, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e provida do quadro próprio de funcionários existente à data da sua anexação, todos com direitos, regalias e vantagens correspondentes aos dos ferroviários da União, inclusive os decorrentes da lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, que alterou os vencimentos dos funcionários públicos federais.

Art. 4.º O Poder Executivo providenciará, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, no sentido de estabelecer, no prazo de três anos, a contar da data em que esta lei entrar em vigor, as ligações de Cabo Frio a Rio Dourado via terrestre, e de Niterói ao Rio de Janeiro, via marítima, visando ao tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 5.º Fica restabelecido no Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, um cargo de Diretor, padrão CC-3 em comissão.

Art. 6.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 18.947.000,00 (dezoito milhões e novecentos e quarenta e sete mil cruzeiros) para ocorrer as despesas normais de custeio da Estrada de Ferro Maricá, no corrente exercício.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 350, de 1956, que considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 284 a 286, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 350, DE 1956

(N.º 1.067, de 1956, na Câmara dos Deputados).

Considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Sociedade Pestalozzi do Brasil é considerada de utilidade pública pelos relevantes serviços humanitários prestados à coletividade brasileira.

Art. 2.º Fica o Governo Federal autorizado a desapropriar o imóvel à rua Gustavo Sampaio, 29, antigo número 1, no Leme, Distrito Federal, esquina à praça Almirante Noronha, com fundos para a avenida Atlântica, correndo as despesas de indenização pelo Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º Decretada a desapropriação, nos termos do artigo anterior, fica o Governo Federal autorizado a doar aquele imóvel à Sociedade Pestalozzi do Brasil, instituição com personalidade jurídica, que visa a prestar à infância e adolescência desajustadas, assistência pedagógica, médica e social, para nele instalar sua sede central.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 386, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará; tendo Parecer favorável, sob n.º 299, de 1957, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 386, de 1956

(N.º 1.220-B, de 1956, da Câmara dos Deputados).

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a socorrer as vítimas da tromba d'água que destruiu parte da cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará.

Art. 2.º O Poder Executivo aplica o crédito de que trata o artigo anterior em entendimento e cooperação com o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura de Monte Alegre, nas condições, a seu critério, mais convenientes.

Art. 3.º O crédito a que se refere o art. 1.º, desta lei, será automaticamente registrado pelo Tribunal Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1957, que cria na Polícia Militar do Distrito Federal o Quadro de Subtenentes, aumenta o efetivo do de motoristas e dá outras providências; tendo pareceres, sob ns. 277 e 278, de 1957, das Comissões de Segurança Nacional, favorável e de Finanças favorável, com as emendas oferecidas de números 1-C e 2-C.

O SR. PRESIDENTE:

Foram enviadas à Mesa, 4 emendas que vão ser lidas.

São lidas e apoiadas as seguintes:

EMENDA N.º 3

Eleve-se para 55 (cinquenta e cinco) o efetivo de subtenentes.

Justificação

O efetivo fixado neste artigo completo desacordo com a descrição do seu respectivo parágrafo, senão vejamos matematicamente:

a) A Polícia Militar está dotada organicamente de 9 (nove) Unidades sendo 7 (sete) de Infantaria, 1 (uma) de Cavalaria e 1 (uma) de Serv. Auxiliares;

b) Cada uma dessas Unidades de Infantaria e Cavalaria é constituída de 5 (cinco) subunidades, logo temos: 8x5=40;

c) O Batalhão de Serviços é constituído de 3 (três) subunidades;

d) Além dos efetivos citados itens "b" e "c" teremos 5 (cinco) em obediência ao parágrafo único referido artigo 1.º o seguinte:

— Companhia de Metralhadoras Motorizada
— Escola de Formação de Oficiais
— Seção Complementar do Serviço de Saúde
— Contingente Especial da Escola de Recrutamento
— Músicos (7 Unidades de Infantaria e 1 de Cavalaria)

nfim, se efetuarmos a soma tere-
um total de — 55 (cinquenta e
so) subtenentes.
onde se conclui que o efetivo fi-
o deve ser o de cinquenta e cinco
subtenentes, e não como consta,
equivoco, no art. 1.º do projeto,
é o artigo precisa ficar de acôr-
com o seu parágrafo.

EMENDA N.º 4

suprima-se o parágrafo único do
art. 2.º.

Justificação

Ora, as sanções disciplinares apli-
veis aos militares da Polícia Mi-
lar já estão previstas no Regula-
mento Disciplinar, Decreto 3.274, de
de novembro de 1938 e são dife-
rentes, em inúmeros pontos, dos 87
artigos que compõem o Regulamento
Disciplinar do Exército, Decreto 8.835,
de 23 de novembro de 1942, donde se
conclue, logicamente, que não pode-
mos mandar aplicar somente aos
componentes do novo quadro o RDE,
que seria verdadeiro absurdo dis-
criminatório, além de acarretar sé-
rios embaraços administrativos.
Caso o nobre relator não concorde
com a supressão ora sugerida então
mande aplicar o RDE a todo o
quadro da PM, o que a meu ver se-
ria o mais acertado, considerando que
os Códigos da Justiça Penal e Mi-
litar já são aplicáveis aos militares
da PM.

EMENDA N.º 5

No art. 4.º. Onde se lê: "... Mi-
nistro da Justiça e Negócios Interio-
res..."

Leia-se: "... Comandante Ge-
ral..."

Sendo, atualmente, as graduações
de cabo e sargento (3.º, 2.º e 1.º) e
a promoção de Aspirantes a Oficial,
efetuadas por ato do Comandante Ge-
ral da PM, lógico é que a promoção
de uma praça especial (subtenente),
que está colocada na hierarquia mi-
litar entre o Aspirante a Oficial e
o sargento, deverá ser efetuada por
ato do Comandante da Corporação e
não pelo Ministro de Estado.

Sala das Sessões, em 20 de maio
de 1957. — Alencastro Guimarães.

EMENDA N.º 6

suprima-se o art. 9.º.

Justificação

A supressão deste artigo é um im-
perativo da crescente motorização dos
serviços policiais no seu aperfeiço-
amento qualitativo em que vêm sendo
empregados os elementos da Polícia
Militar, isto é, serviços de rádio pa-
trulhas, radiotransmisso e mais de uma
centena de motocicletas, jipes, cars-
ros choque, ambulância, etc. etc.

A utilidade desses transportes per-
mite atender a maior número de
pontos a policiár.

Por outro lado, convém ressaltar
que o atual Sr. Presidente da Re-
pública, há poucos meses enviou à
Câmara dos Deputados, a Mensagem
n.º 734, de 15 de dezembro de 1956,
encarecendo a urgente necessidade do
aumento de 1.309 homens para a
PM, "diante do crescente número de
atentados à vida e à propriedade
ocorridos recentemente nesta Capita-
l", conforme consta expressamente
daquela exposição. Logo não seria
compreensível que mantivéssemos o
corte de 81 soldados motoristas.

Sala das Sessões, em 20 de maio
de 1957. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com as
emendas. (Pausa).
Não havendo quem peça a palavra,
encerro a discussão.

O projeto, assim emendado, volta às
Comissões de Segurança Nacional e
de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a matéria constante do
avulso da Ordem do Dia.

Vou submeter à apreciação do ple-
nário, os requerimentos ns. 173 e 174,
lidos na hora do expediente.

Em discussão o Requerimento nú-
mero 173, do Sr. Filinto Müller, de
constituição de uma Comissão Espe-
cial de 8 membros para iniciar im-
ediatamente os estudos relacionados
com o projeto de reforma tarifária
sobre o qual o Senado deverá pro-
nunciar-se brevemente.

Não havendo quem peça a palavra,
encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o
requerimento queiram permanecer
sentados.

Está aprovado.

A Comissão a que alude o reque-
rimento será eleita oportunamente.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para declaração de voto — Não foi
revisto pelo orador) Sr. Presidente,
desejava pedir a palavra para justi-
ficar meu requerimento, mas a vota-
ção ficaria adiada para a sessão de
amanhã. Reservei-me, pois, para fa-
lar em declaração de voto.

Sr. Presidente, talvez seja esta a
primeira vez que, no Senado, se co-
gita da criação de comissão especial
para estudar assunto em andamento
na outra Casa do Congresso. Consi-
derei, entretanto, acertada a inicia-
tiva, porque a matéria a que se re-
fere o requerimento daquelas que se
revestem da mais alta importância
para a vida nacional.

E' criada, pela decisão que acaba-
mos de tomar, uma comissão especial
de Senadores, para estudar, desde já,
o Código de Tarifas, em elaboração
na Câmara dos Deputados. Se não
me falha a memória, o Poder Exe-
cutivo enviou anteprojeto à Câmara,
e esta, dada a relevância da matéria
e sua vasta contextura, entendeu
acertado constituir uma subcomissão
mista, composta dos mais altos va-
lores das Comissões de Finanças e
de Economia à qual incumbiu estu-
dar e aperfeiçoar o ante-projeto go-
vernamental submetendo, oportuna-
mente, projeto à apreciação do Ple-
nário.

Durante quatorze meses trabalhou
a subcomissão; e depois de exaustivo
e consciencioso exame da matéria,
apresentou a proposição ora em cur-
so na outra Casa do Congresso.

Pedi, na Câmara Federal, fossem
enviados avulsos do projeto aos Srs.
Senadores integrantes das Comissões
de Finanças, Economia e Constituição
e Justiça; a providência não me pa-
rece suficiente. Dai o meu requeri-
mento.

O Sr. Mendonça Clark — Permite
V. Ex.ª um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Pois
não.

O Sr. Mendonça Clark — Se, como
V. Ex.ª diz, pela primeira vez se pede
a instituição de comissão dessa natu-
reza, o seu ato é prova patente do
cuidado com que procura estudar os
assuntos antes que cheguem ao Se-
nado. Demonstra, da parte do nobre
Líder, o critério com que sempre pro-
cura conduzir as matérias de inte-
resse do Governo, nesta Casa, e, ao
mesmo tempo, o acerto com que evita
o julgamento precipitado do projeto,
realmente dos mais importantes que
passarão, este ano, pela Casa.

O SR. FILINTO MÜLLER —
Agradeço o aparte do nobre Senador
Mendonça Clark e a generosidade dos
seus conceitos a meu respeito.

Sr. Presidente, a proposição em an-
damento na Câmara dos Deputados,
como disse, foi estudada cuidadosa-
mente por um órgão composto de téc-
nicos das suas Comissões de Finan-
ças e de Economia.

Minha idéia é que o Senado orga-
nize uma comissão, não adstrita ex-
clusivamente a aquele âmbito, mas que
inclua os elementos reconhecidamente
capazes em matéria de economia.
Dentre eles, pediria vênha para citar
o eminente Senador Alencastro Gui-
marães, não só estudioso mas tam-
bém mestre no assunto.

O Sr. Alencastro Guimarães —
Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. FILINTO MÜLLER — E o
nobre Senador Mem de Sá. Gostaria
também de incluir, pelo Partido So-
cial Democrático, o Senador Men-
donça Clark, mas S. Ex.ª já me noti-
ficou que, dentro de poucos dias, dei-
xará o Senado, por estar terminada
a licença do Senador Leônidas de
Albuquerque.

Sr. Presidente, meu objetivo foi
possibilitar aos meus ilustres pares o
estudo antecipado e cuidadoso de ma-
téria que reputo da mais alta impor-
tância, não só para a vida atual, para
nós que integramos o Senado e atua-
mos na vida pública brasileira, como
para o futuro. Quanto mais perfeita
a lei que votarmos, maiores benefi-
cios trará para a coletividade.

Valho-me do ensejo desta justifica-
ção, para alertar o Governo da Re-
pública, — e pretendo fazê-lo pes-
soalmente junto a S. Ex.ª — para a
circunstância de estar a lei que au-
toriza a prorrogação do regime de
licença prévia a terminar sua vi-
gência a 30 de junho. O Projeto de
Código de Tarifas é muito volumoso;
abriga cerca de oito mil incidências.
Não poderemos, provavelmente, Câ-
mara e Senado, transformar a propo-
sição em lei para ser submetida à
sanção do Presidente da República
até 30 de junho próximo, quando es-
tará esgotado o prazo de vigência da
Lei de Licença Prévia. Trata-se, pelo
simples enunciado, de problema muito
sério. Pretendo transmitir meu pon-
to de vista ao Sr. Presidente da Re-
pública, fazendo apelo a S. Ex.ª para
que encaminhe Mensagem ao Con-
gresso solicitando prorrogação por
prazo razoável da Lei de Licença
Prévia, dando-nos tempo a que es-
tudemos e votemos o Código de Ta-
rifas. Se não for assim e não o pu-
dermos votar até 30 de junho e se
se esgotar a vigência da lei que pro-
rogou a licença prévia, estaremos
lançados na mais absoluta anarquia
econômica e financeira.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Dá li-
cença para um aparte?

OSR. FILINTO MÜLLER — Com
muita satisfação.

O Sr. Freitas Cavalcanti — A pro-
vidência sugerida por V. Ex.ª necessá-
riamente tem os aplausos de todo o
Senado, porque, de resto, aliviaria di-
ficuldades como aquela em que nos
encontramos, constantemente, para o
exame, de afogadilho, de projetos da
maior importância. Creio seria até
oportuno lembrar ao eminente Líder
da Maioria uma providência no sen-
tido de que o Senado pudesse esten-
der essa medida, de todo modo salu-
tar, à apreciação da proposta orça-
mentária. Todos os anos repete-se
aquela angústia com que a Casa exa-
mina a Lei de meios, sem a possibi-
lidade de oferecer-lhe contribuição
séria e valiosa. Ainda o ano passado
assentamos o critério de aprovar tó-
das as emendas oferecidas ao Orça-
mento no Senado, reservando-se cada
Senador o direito de pleitear na ou-
tra Casa do Congresso, a aprovação
das emendas de seu interesse. Eviden-
temente, é um sistema que não está
funcionando bem. Estabelece, flagran-
te desvantagem para o Senado, cuja
colaboração na feitura dessa impor-
tante Lei se vai tornando cada vez
menor.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agra-
deço o aparte com que me honra
V. Ex.ª e, mais especialmente, os
aplausos com que me distingue.

Sr. Presidente, em matéria de le-
gislação ordinária, como a que se re-
fere ao Código de Tarifas, torra-se

possível a criação de uma Comissão
como a que propôs e o Senado aca-
ba de aprovar para o estudo anteci-
pado do projeto. Em assunto de elab-
oração orçamentária, no entanto, o
problema é muito mais sério e mais
grave.

Tem inteira razão o ilustre repre-
sentante do Estado de Alagoas. Vot-
amos o Orçamento de 1966 sem a
possibilidade de examiná-lo convenien-
temente. Estabelecemos o critério de
adoção e aceitação de todas as nos-
sas emendas, para depois as defen-
dermos na Comissão de Orçamento da
Câmara dos Deputados. Esse proce-
dimento positivamente, não deixa bem
o Senado.

Sr. Presidente, a nossa colaboração
em matéria orçamentária é quase in-
significante. Quando muito, podemos
defender aquelas medidas que nos são
solicitadas dos nossos Estados; e nem
sempre conseguimos sejam todas elas
aceitas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Per-
mite V. Ex.ª outro aparte?

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar
os timpanos) — Pondero ao nobre
orador que em declaração de voto, o
Regimento não permite aparte.

O SR. FILINTO MÜLLER — Se-
nhor Presidente, V. Ex.ª foi generoso
em permitir o primeiro aparte do no-
bre Senador Freitas Cavalcanti. Nes-
sas condições, pediria me proporci-
onasse a satisfação de ouvir mais este
aparte daquele ilustre colega.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Dese-
jaria esclarecer um ponto que me
parece importante com relação à Lei
de Meios. Quando exercia eu o man-
dato de Deputado, integrava a então
Comissão de Finanças, hoje Comissão
de Orçamento e Fiscalização Finan-
ceira. O Presidente daquela Comis-
são, Deputado Israel Pinheiro, esta-
beleceu uma norma de entendimento
prévio entre os relatores da Receita
daquela e desta Casa do Congresso,
com a fixação de um teto, por Es-
tado, de tal modo que se reservasse
um quantitativo ao Senado da Repu-
blica. O que ocorre é que os repre-
sentantes do povo na Câmara dos
Deputados esgotam a capacidade de
emendar o Orçamento, no capítulo
de Despesa, tendo em vista a Receita
prevista para o ano seguinte. De sor-
te que, quando os Anexos são envia-
dos ao Senado, praticamente não
mais comportam senão emendas para
agravar, ainda mais, o já enorme
deficit criado à proposta orçamentá-
ria. Parece-me seria interessante res-
tabelecer aquela prática através de
entendimento de V. Ex.ª com os
Presidentes da Câmara dos Depu-
tados e da Comissão de Orçamento,
a fim de que fixe um teto para o
Senado.

Creio, assim, o ser essa a única so-
lução aconselhável ao estabelecimen-
to de um equilíbrio entre as duas
Casas, na feitura da Lei de Meios.

O Sr. Fernandes Távora — Acon-
selhável e necessária.

O SR. FILINTO MÜLLER — Acei-
to a sugestão do eminente Senador
Freitas Cavalcanti. Procurarei não só
o Presidente da Comissão de Orça-
mento como o Presidente da Câmara
dos Deputados, para pedir o resta-
belecimento daquela praxe salutar.

Sr. Presidente, afirmo, mais uma
vez, que a proposta orçamentária, no
Senado, não tem recebido a colabo-
ração que seria de desejar. So en-
contraremos uma solução satisfatória,
modificando a Constituição na parte
referente à tramitação da Lei de
Meios. No momento estuda-se uma
fórmula capaz de possibilitar, ao me-
smo tempo, o exame do Orçamento no
Senado e na Câmara dos Deputados,
de forma que sua votação se faça em
tempo útil e com a colaboração efe-
tiva das suas Casas do Congresso.

Sr. Presidente, termino minhas con-
siderações formulando votos para que
a Comissão de Orçamento de ser criada
nelo Senado atinja seu objetivo; rea-
lize estudo completo do Código de

Tarifas em andamento na Câmara dos Deputados; traga ao Senado sua colaboração brilhante; e ao vir a matéria para esta Casa, poderemos aprová-la não em regime do *ad terrorem*, da falta de tempo, mas após exame acurado, indispensável à feitura de uma lei que atenda, realmente, aos grandes interesses nacionais. *(Muito bem! Muito bem!)*.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a Ordem do Dia.

Passa-se à votação do Requerimento n.º 174, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 75, de 1957.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovado.

O projeto figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária seguinte a presente.

Tem a palavra o nobre Senador Mendonça Clark, primeiro orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi, há dias, um abaixo assinado de cerca de trinta e sete agricultores piauienses. Dizem-se ameaçados de perder suas terras por haverem contraído empréstimo agrícola no Banco do Brasil; o que, em face das secas de 1953 e 1954, as quais os impossibilitaram de colher o resultado de suas atividades, não se acham em condições de resgatar as dívidas contraídas com o objetivo de melhorar a sorte.

O texto do memorial é o seguinte: "Canto do Buriti, 15 de janeiro de 1957.

Excelentíssimo Senhor Senador Mendonça Clark — Senado Federal — Rio de Janeiro — D. F.

Tomamos a liberdade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do apelo que nesta data endergamos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O assunto, como poderá verificar V. Ex.ª, é da maior importância para o homem rural de Canto do Buriti, pois que o Banco do Brasil está a executar-nos, cuja consequência será o confisco puro e simples das nossas pequenas áreas de terra.

Desta maneira pedimos a melhor boa vontade de V. Ex.ª sobre o assunto, não somente tratando do mesmo junto ao Senhor Presidente da República e, também demais autoridades, tais como Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil e Diretor da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Certos de que V. Ex.ª, diligente representante do povo piauiense, levará em conta o nosso apelo, apresentamos as nossas

Respeitosas saudações".

Seguem-se as assinaturas.

Em anexo, Sr. Presidente, acha-se uma cópia do memorial que os pequenos lavradores do município de Canto do Buriti dirigiram ao Sr. Presidente da República, em 15 de janeiro de 1957, nos seguintes termos:

"Os abaixo assinados, pequenos lavradores, residentes no município de Canto do Buriti, do Estado do Piauí, pedem venia para exporem e solicitarem de V. Ex.ª o seguinte:

1) Os signatários fizeram, para as safras de 1951-1952, empréstimos agrícolas na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., Agência da cidade de Floriano, neste Estado. Está visto que, o ob-

jetivo era, contando com a ajuda governamental, melhor cuidar em suas respectivas lavouras, que de resta é a mais rotineira que se possa imaginar, a fim de que o trabalho, assás árduo, fosse melhor compensado, o que, decerto, viria refletir diretamente para a melhoria de condição de vida do homem do campo. Todavia, a natureza mais uma vez conspirou contra o homem nordestino: sempre esquecido e sempre atirado à situação humilhante, para não dizer desumana, de passar fome, especialmente se é localizado no interior de um estado "super" pequeno como o Piauí, e as chuvas não vieram e o resultado não é necessário que se o conte em detalhes, pois a perda foi total, o que se repetiu até 1954. A resultante disto foi a penúria, pois além da falta de alimentos, surgiu a cobrança quase que quotidiana por parte do Banco do Brasil, sendo que a falta de pagamento pontual acarretou o acréscimo dos juros.

2) Pode calcular o eminente Presidente a situação vexatória que nos encontramos. O empréstimo não surgiu pela seca que passou na safra 1951-1952, até 1954, anulando inteiramente as possibilidades de resgatá-los, e mais criou-nos um verdadeiro estado de insolvência, da qual jamais poderemos sair, visto que não temos possibilidades de recuperação financeira, e cada dia o débito para com o Banco do Brasil mais aumenta. Já agora uma fase de contagem de juros sobre juros. Convém ressaltar que os empréstimos, com raras exceções, são de vinte mil cruzeiros abaixo. O Banco já agora está mandando executar os débitos. Em regra, o que possuímos são pequenas áreas de terra, onde, todos os anos, com mil dificuldades, plantamos pequeníssimas áreas; (pois para cultivá-las temos apenas dois braços para tanger uma enxada: "sol a sol"), da qual quando "Deus" manda inverno, tiramos alguma coisa para comer. A produção destarte, mal dá para o sustento da família. Não há excesso para nada.

Como poderemos resgatar os empréstimos que contrainhos, quando os mesmos, por motivos óbvios, não surtiram os objetivos colimados? A V. Excelência Presidente Juscelino Kubitschek, que conhece a realidade brasileira, que sabe, e tem meios para o comprovar, o que acima descrito representa a verdade dos fatos, recorremos. O que desejamos é a dispensa total dos nossos débitos para com a Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, provenientes de empréstimos agrícolas, que nada produziram pela falta absoluta de inverno, ou ao menos uma moratória para pagamento em vinte anos, com a dispensa dos respectivos juros.

Qualquer informação sobre o que acima ficou exposto, poderá ser adquirida das autoridades constituídas do Município, e também da Secretaria da "Associação Rural de Canto do Buriti" neste município.

Confiantes de que V. Ex.ª, apesar dos múltiplos problemas que tem a resolver, examinará com boa vontade o nosso apelo, aguardamos qualquer comunicação para o primeiro signatário, apresentamos as nossas

Respeitosas Saudações".

O memorial está assinado por inúmeros lavradores.

Sr. Presidente, estamos em face de um desses casos que ocorrem não só no Piauí, mas em qualquer outro Estado onde a agricultura é realmente pobre e pobres são os homens que nela trabalham.

Quando o Presidente Getúlio Vargas determinou ao Banco do Brasil, através a Carteira de Crédito Agrícola, que fizesse pequenos empréstimos rurais aos lavradores brasileiros, certamente teve em mente auxiliar a agricultura da maneira que julgou mais eficiente, mais objetiva e mais direta.

Nem sempre, entretanto, satisfazem os auxílios em dinheiro desacompanhados, ou previamente acobertados por medidas preventivas de auxílio ao agricultor.

Situações como essa se criarão na certa, porque pedir dinheiro ao Banco do Brasil, dependendo de inverno, é tão arriscado como comprar bilhete de loteria ou jogar no bicho.

São homens honestos, porque a honestidade nordestina eu posso testemunhar; são homens trabalhadores, porque a tenacidade de quem trabalha, de enxada na mão, sob um sol de quarenta graus a sombra, denota amor ao trabalho e invulgar vigor físico; são homens modestos, porque embora vivendo em longínquos rincões da Pátria, têm apêgo ao torrão natal, enfrentando toda uma série de adversidades. É difícil pedir, neste momento, que se desculpem, que se conciliem débitos tomados no Banco do Brasil, banco de fato de economia mista, no qual o Governo tem a grande maioria das ações; aqueles que os contrariam, não ignoravam o risco que corriam.

Sr. Presidente, este é um dos casos em que talvez a aplicação dos ágios, apurados e recolhidos para a melhoria da lavoura, fosse a solução adequada, determinando o Governo as providências para que esses homens fossem salvos de perderem suas terras, deixando suas choupanas por causa de débitos de dez ou vinte mil cruzeiros. Talvez os ágios, contabilizados em bilhões de cruzeiros no Banco do Brasil, possam ser, em parcelas insignificantes, levados a créditos desses agricultores, que tiveram a coragem e a audácia de solicitar empréstimo para empregá-lo na lavoura, sujeitos aos invernos duvidosos, como acontece no Nordeste e como de fato aconteceu, de 1951 a 1954, com a completa falta de chuvas.

Certamente, Campo do Buriti é um desses municípios em que a água é apanhada no São Francisco, a 120 e 150 quilômetros de distância, e onde uma simples lata de água custa nada menos que três cruzeiros.

Não seria apanhando água no São Francisco e com a falta do inverno que estes trinta e sete lavradores piauienses poderiam ter mantido suas lavouras.

Naturalmente, dirão muitos, temos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que em vários anos já gastou milhões de cruzeiros. Este, porém, é outro aspecto da questão, que não deve ser esquecido: porque o Departamento é composto de homens bem intencionados, mas está enquadrado em termos de lei que praticamente o tornam inadequado aos casos específicos, como o atual.

Para que o Senado possa avaliar o que está ocorrendo em face dos termos da lei que regula as atividades do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, adianto que ele não controla, por si só, qualquer açude público com capacidade abaixo de dez milhões de metros cúbicos. Em colaboração com particulares, não entra com seus setenta por cento, para açudes com capacidade para trezentos mil metros cúbicos. Assim procede em face de recente resolução, que reduziu o limite para quinhentos mil metros cúbicos.

Ora, Sr. Presidente, no primeiro caso, os açudes públicos necessitam de projetos, estes requerem tempo, e tempo é transformado, mais tarde, em verbas para a concretização das obras.

No momento, atravessa o País crise financeira que o Governo procura equilibrar à custa do Plano de Economia. Uma das bases, um dos critérios desse Plano é o corte de verbas para projetos de obras.

Neste caso, Sr. Presidente, pouco se pode projetar. Se os projetos não existem e as verbas a eles destinadas são postas no Plano de Economia, não pode haver projetos. Assim, não pode haver obras. O açude público de dez milhões é, pois, raro no Piauí. De um sei que, construído há mais de vinte anos, não tem canais de irrigação, para que as águas represadas possam ser aproveitadas pela lavoura do Município de Píripri.

Os açudes em cooperação com particulares, para cuja construção entra a União com setenta por cento do valor, são feitos geralmente, em terras de homens mais abastados e atendem, por conseguinte, às necessidades dos proprietários da fazenda, onde estão localizados.

O verdadeiro açude ou represa do pequeno lavrador não está enquadrado no açude público nem no particular, feito ou, possivelmente, a ser feito com a cooperação federal.

A prova está, Sr. Presidente, nos exemplos que me deram, há poucos dias, os prefeitos de dois pequenos municípios piauienses. O primeiro deles, Sr. Benjamin Portela Leal, com as verbas municipais, sem qualquer técnico nem projeto, com o concurso de homens práticos do município, construiu três açudes: Canto do Agreste, Saco Dantas e Meios. Os três represam água de oitocentos a mil e quinhentos metros de distância e custaram quinhentos e dez mil cruzeiros, atendem a cento e vinte fazendas com seis mil pessoas residentes, abastecem quinze mil cabeças de gado e trinta mil cabeças de gado pequeno.

O Prefeito de Itainópolis Sr. Matos construiu também dois açudes que abrigam e protegem cerca de quatro mil pessoas, mais de dez mil cabeças de gado e vinte mil de pequena criação. Os dois açudes custaram trezentos e quarenta mil cruzeiros.

Conduzi-os ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e perguntei ao seu Diretor interino se seria possível a assinatura de convênio com as prefeituras respectivas, para atribuir o valor de um milhão de cruzeiros aos açudes não para os prefeitos receberem o dinheiro agora, no Rio de Janeiro, nem em Teresina mais depois de construídos, outros açudes desse tipo, que atendessem mais alguns milhares de brasileiros. A resposta, infelizmente, foi que a lei não permite tais convênios, senão para açudes públicos de dez milhões de metros cúbicos ou para particulares de mais de trezentos mil metros cúbicos.

Os açudes públicos não se fazem e os particulares, quando feitos, atendem somente ao fazendeiro rico da região. Por falta desses pequenos açudes construídos dentro das posses dos homens que moram no meio, os quais sabem onde se torna mais interessante sua construção os humildes agricultores de Canto do Buriti que ousaram pedir, cada um, dez a vinte mil cruzeiros, estão na iminência de perder a terra e seus lares, porque tiveram a coragem, a ousadia de pedir empréstimo, sem que, para socorrê-los na hora da seca, houvesse açudes pequenos desse tipo que acabou de citar.

De qualquer modo, Sr. Presidente, mesmo julgando bastante difícil enquadrar a situação desses devedores na possibilidade de cancelamento de seus débitos, apelo desta tribuna, atendo ao pedido formulado por trinta e sete agricultores do meu Estado, por o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Fazenda, o presidente d

Banco do Brasil e o Diretor da Carteira de Crédito Agrícola. Solicito-lhes estudem meios de aplicar ali, duzentos ou trezentos mil cruzados, dos bilhões de ágios contabilizados no Banco do Brasil, em favor desses agricultores, a fim de que não percam suas terras, não abandonem seus lares.

O Sr. Nelson Fermo — Se eu fosse V. Ex.^a só apelaria para o Sr. Presidente da República.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, todavia o Sr. Juscelino Kubitschek necessariamente terá de didigir-se às autoridades competentes, porque nada resolverá sem primeiro as ouvir.

O Sr. Nelson Fermo — Com uma ordem do Presidente da República tudo vai depressa, sem ela, tudo estaciona.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço ao aparte de V. Ex.^a.

Como dizia, Sr. Presidente, apelo para as autoridades que acabo de mencionar, a fim de que tomem conhecimento do pedido desses humildes agricultores piaulenses. Uma parte dos bilhões de ágios contabilizados no Banco do Brasil será desses lares em situação precária (Muito bem. Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Mendonça Clark, o Sr. Lima Teixeira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima de Matos, segundo orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, terceiro orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(É o seguinte discurso) — Senhor Presidente, acredito que qualquer pessoa de sensibilidade, detendo uma parcela de responsabilidade, por mínima que seja, na condução dos negócios públicos, sintam-se, na hora presente, apreensiva perante o panorama administrativo de nosso país. Não conseguimos divisar, na orografia de nossas construções sócio-econômicas, uma obra que esteja completamente acabada. Somos um edifício em construção, talvez ainda nas primeiras lajes... É possível que o gaparito permitido seja bastante elevado e se destoe do senso comum que estaria a indicar uma construção menos ambiciosa, porém mais sólida, de fundamentos mais duradouros.

Os Pangloss do nosso regime conseguiram cunhar uma frase que tem passado de sucessor a sucessor com um certo verniz de axioma irrefutável. Afirma-se correntemente que o Brasil padece de uma "crise de crescimento". Considerando a vetustez da crise e o exemplo de outros países, que participaram a fundo do último conflito mundial, creio ser lícito admitir que a crise não é normal, mas tem algo em si de patológico. Com efeito, a Fisiologia não nos ensina que a "crise de crescimento" seja funesta, exigindo mais do que nos poderíamos fornecer os princípios elementares da higiene. Se o crescimento apressar os sintomas alarmantes, nesse caso talvez estejamos presenciando um fenômeno de gigantismo, de fatais consequências.

É preciso evitar os eufemismos com que justificamos os nossos fracassos ou a nossa inércia. Porque, embalados na ilusão enfêmica, deixamos de contemplar a realidade tal qual ela se nos apresenta. Devemos ter a coragem para construir silenciosamente, detendo mais nos alicerces do que na parte que se doura ao sol ou se cobre de lantejoulas. Já nos disse o eminente Senador Mem de Sá, na peroração de um dos seus magníficos discursos, que a coisa menos comum neste país é o que se convencionou chamar de senso comum.

O Sr. Mem de Sá — Agradeço a O SR. COSTA PARANHOS — De todo merecida.

É uma afirmativa paradoxal, mas nem por isso menos verdadeira. A nenhum observador da evolução social e política brasileira é estranho o fenômeno da força limitativa dos fatos consumados. Creio que só eles podem explicar a feição atual da estrutura econômica e política nacionais. Os fatos consumados, que se impõem com tanto vigor em a nossa psicologia social, são responsáveis, em grande parte, pela nossa inaptidão para reconstruir.

E no bôjo do Governo, que se assemelha a uma dessas estatuas de Buda, há uma multidão de coisas inúteis que emperram a ação administrativa. Vemos com que dificuldade uma medida nova, moralizadora se incorpora ao arcabouço do Governo, contrastando com a ligeireza com que certos grupos econômicos impõem as suas pretensões de caráter irremovível, ligeireza bem comparável com a da corrente elétrica percorrendo um fio de cobre...

Mantenho-me cético, Sr. Presidente, todas as vezes que ouço falar em reforma administrativa conservando, como num santuário, as construções, as vigas podres da nossa organização estatal. Qualquer reforma que, nessas condições, se empreenda só pode gerar resultados pecos, deixando indelével a marca da insinceridade com que foi concebida. O Governo tem na sua oficina muitos instrumentos de trabalho, mas falta aquele que até o homem do campo já utiliza: o trator, isto é, a máquina para demolir as más construções, aplainar o terreno em que se há de erigir edifício mais sólido e que possa abrigar maior número de famílias.

De família, afirmo, e não de familiares, conforme tem sido a República brasileira. E não há quem duvide que é chegado o momento de acionar o trator do Estado, dando prioridade aos problemas fundamentais da nação. Não têm faltado homens probos e capazes para nos indicar o caminho a trilhar na presente conjuntura. Ainda recentemente o ilustre Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Wagner Estelita Campos, apresentou, em sumário relatório, a situação orçamentária do país. Ali está retratado com absoluta fidelidade o quadro orçamentário do Brasil: um "deficit" crônico de 13 bilhões de cruzeiros, que de ano para ano cresce assustadoramente. Voltamos a vista para outros aspectos da situação financeira do Brasil, como por exemplo, a cambial, a nossa decepção não é menos profunda. Urge a reforma cambial para repor o país nos seus justos caminhos e encontrar a estabilidade econômica essencial à sua sobrevivência. A indústria petrolífera, incipiente ainda, já tem sofrido tantos impactos que a todo o momento tememos pelo seu destino e nos firmamos na convicção de que é necessário a todo custo fortalecer o órgão estatal que a dirige — a Petrobrás. Toda vigilância nesse sentido é pouca, pois os "trusts" internacionais têm no seu arsenal, que se forjou ao longo de muitos anos de experiência nos negócios petrolíferos, os apetrechos para criar toda sorte de óbices e quebrar resistências. O tempo pouca significação tem para essas organizações, que dispendo de imenso poder econômico, exercem uma política de longo termo, aproveitando todo ensejo que se lhes apresenta para debilitar e sufocar as aspirações de sua presa.

A industrialização de imensas regiões do país esperam ainda pela Eletrobrás, cuja constituição demora inexplicavelmente.

Todas essas considerações, Sr. Presidente, me veem à baila quando se fala mais uma vez em pacificação nacional. Na esfera das ideias ninguém contesta que a coigação, em torno de diretrizes para solver os problemas da nacionalidade, se impõe cada vez com

mais força. Praticamente, contudo a política partidária sobrepuja, não sei com que talismã ou encantamento, os princípios elementares do bom senso. Há um excesso de individualismo em todas as iniciativas públicas que está comprometendo, de maneira irremediável, os fundamentos do próprio Estado.

Creio que esse individualismo explica, insofismavelmente, o fracasso da intervenção estatal em diversos setores da vida pública. E disso temos exemplo berra frizante na política de assistência e previdência social e nos institutos fundados para regular o desenvolvimento econômico. (Instituto do Pinho, do Alcool, etc.). E como colocar em termos de co-existência princípios tão antagônicos, ou sejam, a intervenção do Estado, que é, em essência, socializante, com o individualismo governamental? Mas não desajamos, Sr. Presidente, neste ensejo aprofundar, nesse sentido, as cogitações doutrinaárias do nosso intuito é limitamo-nos aos assuntos que ultimamente tem guarnecido as primeiras páginas dos jornais: a pacificação, o desarmamento dos espíritos para que governo e palamento possam superar as questinculas partidárias e pessoais em benefício dos interesses nacionais. O ilustre Governador Bias ortes, secundado pelo Sr. Antônio Balbino, foi feliz, na oportunidade e nas expressões, ao propor a sua fórmula de conciliação dos partidos, conclamando os órgãos da soberania nacional para a tarefa comum do trabalho produtivo. Todos nós reconhecemos a grande responsabilidade de que pesa sobre o Governo e que um clima de concordia é indispensável para a realização do bem estar social. Do "afaire" Lacerda, felizmente superado pela Câmara dos Deputados, algumas lições podem ser extraídas. Uma delas é que a independência dos Poderes, como princípio político, praticamente não existe. A Câmara, nesse episódio, só pôde exercer a sua independência porque houve, *pari passu*, a autonomia de consciência. Assim, cada vez mais se me fortalece a convicção de que somente o parlamentarismo garante a independência dos Poderes que a Constituição prescreve. O ilustre Governador de Minas Gerais sugere a criação de um Conselho de Estado para aliviar o peso dos deveres e responsabilidades que recaem sobre os ombros do Presidente da República. Embora reconhecendo a genuinidade da sugestão, não saberia, Sr. Presidente, como conciliar esse órgão estatal com o regime presidencialista. Creio que o mais admissível seria criar não um Conselho de Estado, mas um Conselho dos Estados, cujos Governadores participariam diretamente da elaboração da política nacional. Nada melhor para atestar a exequibilidade da ideia do que a intervenção do Sr. Bias Fortes junto ao Governo Federal, com a serenidade e equilíbrio que lhe são peculiares, procurando uma fórmula a que todo patriota se possa filiar com dignidade e mútuo respeito. Sim, porque a conciliação não significa, nem poderia significar, a ausência de vigilância dos grupos oposicionistas, a abjuração de suas responsabilidades na evolução política e administrativa do país.

É obvio que o Governo necessita de tranqüilidade para o cumprimento de seus objetivos. Há muitas obras inacabadas e outras ainda em início. A construção da nova Capital da República, por exemplo, é obra de grande envergadura, e o Governo do Sr. Kubitschek, pretendendo levá-la a termo final, deu prova de extraordinária vitalidade. Já admitamos, todavia, a inoperância, a incapacidade da República para realizar uma empresa de tal magnitude. Os quadriênios e quinquênios se sucediam sem que os Governos se decidissem a

enfrentar a obra, a cumprir o dispositivo constitucional que prescrevia a transferência da Capital Federal.

Os adversários da mudança alegam a inoportunidade dessa medida. Mas Sr. Presidente, acaso eram destituídos de senso práticos todos os componentes das Assembleias e Constituintes que tem inscrito nas Constituições a mudança da sede do Distrito Federal? E tal o esforço dispendido pelo atual Governo nesse sentido que dia a dia se torna mais premente a necessidade de todos os brasileiros apoiarem o empreendimento. As obras já se acham em estágio tão avançado que o Governo não pode mais recuar, mesmo que estivesse em seu propósito, sem graves e insanáveis prejuízos para a Nação. Se essa catástrofe ocorresse, teríamos no planalto central um novo Centro Cívico, com os vestígios de uma obra ciclópica inacabada. Hoje é árdua a luta para a concretização desse ideal, mas amanhã será o orgulho de todos os brasileiros, e mesmo os que a combateram a festejarão com entusiasmo, tal qual aconteceu com Goiânia. Fundada em meio às maiores vicissitudes e adversidades, é hoje uma afirmação soberba de patriotismo e visão política.

Ao lado da construção da nova Capital, está o Governo empenhado na concretização de outras obras de grande importância para o desenvolvimento econômico do país. Reconhecemos o fato e por isso não aceitamos o estribilho de que o Sr. Presidente da República se esqueceu do Brasil para só se cuidar de Brasília. A fundação da cidade trará a solução de muitos outros problemas. Será uma solução por acréscimo, para empregar a linguagem bíblica.

Por todas essas razões somos de parecer que a conciliação proposta não pode deixar de interessar a quantos se preocupam com o progresso da pátria e a concordia da família brasileira. Como representante de um Estado mediterrâneo, que se situa muito longe das praias litorâneas, onde se dão os festins dos Baltazar da República e as cornucopias dos poderes públicos despejam sem cessar as suas dádivas, aplaudo a ideia da pacificação com a esperança de que, sob o seu signo, se possa realizar algo de concreto para a coletividade brasileira em geral. Em Goiás são muitos os problemas que aguardam solução, não só do próprio Estado como dos Estados limítrofes. Quando o país se debate na agonia da produção insuficiente, por isso mesmo incapaz de combater eficazmente o processo inflacionário — no meu Estado se verifica, paradoxalmente, o problema inverso: o da superprodução agrária, que anualmente se acumula nos celeiros por falta de transporte que a conduza dos centros produtores aos distantes mercados consumidores. Se a pacificação, Sr. Presidente, incluir no seu esquema todos esses itens e outros de igual importância, não temos dúvida de que será vitoriosa em toda a linha, pois que a ela não faltará o apoio do povo brasileiro e de seus órgãos representativos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, por cessão do nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A FÉ-VISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em 1.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1956, que dispõe sobre a reestruturação da Comissão Executiva de Defesa da Borracha e das outras providências, mediante modificação parcial das Leis ns. 86, de 8 de setembro de 1947, e 1.184, de 30 de agosto de 1951 (em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude de requerimento do Sr. Senador Cunha Melo, e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 17 do mês em curso), tendo pareceres favoráveis (ns. 108 a 110, de 1957) das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, e dependendo de pronunciamiento das mesmas comissões sobre a emenda de plenário.

2 — Eleição da Comissão Especial de 9 membros para iniciar imediatamente os estudos sobre o problema da reforma das tarifas das alfândegas (Comissão criada em virtude do Requerimento n.º 173, de 1957, do Senador Senador Filinto Müller, aprovado na sessão anterior).

3 — Discussão única da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 67.800.000,00 para pagamento de dotações destinadas a estabelecimentos de ensino superior (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 328, de 1957).

4 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1956, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Dorimondete Teixeira Ferrer e sua esposa Nocieta de Souza Ferrer, para financiamento de obras destinadas à irrigação das terras de sua propriedade, situadas no Município de Levas da Mangabeira, Estado do Ceará (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 331, de 1957).

5 — Discussão única da redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 33 de 1956, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato entre o Ministério da Aeronáutica e Clodoaldo Dantas Moita, em aditamento ao contrato de 28 de dezembro de 1954, regulando os serviços e vantagens, a partir de 1 de janeiro de 1955, do professor de matemática do segundo ciclo colegial, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar de Barbacena, Estado de Minas Gerais (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 333, de 1957).

6 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 50, de 1956, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Palmeirinda de Figueiredo, para desempenhar a função de professor, na Escola Técnica de Comércio Acreana daquele Território (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 334, de 1957).

7 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1956, que aprova o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acurá e Mondá, firmado pelo Brasil e pela República do Paraguai (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 335, de 1957).

8 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 69, de 1956, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Mi-

nistério da Aeronáutica e Dellyo de Almeida Álvares, para desempenhar a função de professor na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 336, de 1957).

9 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1957, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma Poligráfica Lambert Ltda. (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 337, de 1957, encerrada a sessão).

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

Memorial n. 2, de 1957

Pego licença para me dirigir a esse poder com o objetivo de ver solucionada uma obrigação da União, cujo retardamento está prejudicando credores de pecuaristas e a estes próprias.

Os excessos de imprevidência de criadores e recriadores de gado bovino, facilitados pelo Banco do Brasil nos empréstimos para aquisição de gado de raça a preços elevados, produziram a crise em todos os virem envolvidos, despertando o interesse do governo central em socorrê-los por meio de leis retroativas e impeditivas da exigibilidade de obrigações vencidas e vincendas, como um privilégio especial para uma classe em prejuízo de outra, não deixando de determinar enorme desequilíbrio econômico financeiro para aqueles que acreditaram, na fé jurídica de contratos perfeitos e acabados, estabelecidos de acordo com as leis vigentes, assim feridos frontalmente no seu direito adquirido.

Nenhum prejuízo decorre para a economia geral do fato de um imprevidente ou negligente ser obrigado a perder a sua propriedade que passa ao domínio de outros mais bem avisados ou experientes das causas da vida. Mas entendeu o poder público como já o fizera com as leis de reajustamento econômico de lavradores, que salvar da ruína financeira alguns desajustados seria salvar a economia geral, estabelecendo as leis de reajustamento pecuarista.

Assim, surgiu, atabalhadamente, o decreto federal 9.686 de 30 de agosto de 1946 e, logo após, também a lei número 8, suspendendo a exigibilidade, vencimento, protestos e penhoras de dívidas de pecuaristas abrangendo um prazo de 24 meses. Antes do término deste prazo veio a lei 209 de fevereiro de 1948, como vieram em seguida as leis 457, 1.002 e 1.728, complementares umas das outras, todas no afogadilho da pressa. Por fim, corrigindo as anteriores votou o Congresso a 2.282, na qual ficava a União obrigada a saldar as dívidas existentes, em apólices da dívida pública, até dois milhões e quinhentos mil cruzeiros e já reduzidas pela metade pela lei número 1.728.

Não faltaram os que desceram de paraquedas no campo da pecuária pleiteando os favores daquelas leis, sem nunca terem exercido a profissão, obtendo por compra ou empréstimo o gado que apresentaram, que não era mais que o produto de uma riqueza por

outrem criada. Os processos foram cometidos aos Juizes dos Estados, sendo a União neles representada pelos Promotores de Justiça.

Os credores, subordinados às formas processuais e tricas forenses, foram forçados a constituir procuradores judiciais que defendessem seus direitos, dentro naqueles prazos fatais e exigências legais, penas de decadência do direito.

Poucos foram os requerentes de favores que não os obtiveram, havendo recursos voluntários de algumas sentenças por parte dos credores e quase nenhum de representantes da Fazenda Federal e nenhum outro "ex-officio", por entenderem logicamente os Juizes que havendo um compromisso legal da União, de pagar, e não havendo oposição de seus representantes, não teriam decidido contra ela mas em concordância formal com a vontade clara e insofismável de seus representantes.

Ultimamente os processos com a lei n.º 1.728, foram expedidos os certificados em que a sentença, passada em julgado, determinava o pagamento da metade da dívida com os juros, vencidos e vencendo até 31 de dezembro de 1954. Mas logo depois o Congresso votou a lei n.º 2.282, em que eram liberados os devedores pecuaristas até a importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros e novos certificados foram expedidos em virtude das sentenças concessivas dos favores da lei, apresentados os pedidos do Ministério da Fazenda, alguns credores receberam apólices, providência logo suspensa em virtude de entender do Procurador da República pelo qual nenhum caso passará em julgado, na falta do recurso "ex-officio" para a Instância Superior. Mas em virtude dos impasses verificados no Ministério da Fazenda, o Congresso aprovou a lei 2.804, de 25-6-56, complementar da lei 2.282 dispondo sobre a forma da entrega das apólices e suprimindo o recurso "ex-officio" para estabelecer apenas os recursos voluntários de credor e devedor e do Ministério Público.

As leis processuais estabelecem o prazo de interposição de recurso no caso de pecuária — a prazo 5 dias — após o conhecimento da sentença.

Para os processos novos, extinto o recurso "ex-officio", prolatada a sentença com a concordância do Ministério Público passa ela em julgado e se este não recorrer, naquele prazo não poderá mais recorrer. Enquanto os últimos processos julgados na vigência da lei 2.804, podem ser sem mais razões de oposição, permanecem os primeiros sem solução porque há a exigência do recurso "ex-officio".

Mas o Juiz agora, poderá recorrer "ex-officio" de uma sentença prolatada há dois ou mais anos, com a concordância do Ministério Público? Não: O recurso "ex-officio" foi suprimido pela 2.804. O Ministério Público pode recorrer agora depois que a sentença passou em julgado pelo decurso do prazo de cinco dias? Também não.

Ele não discordou da concessão dos favores, era o representante da Fazenda Pública e o Juiz não decidiu contra ela.

Urge solucionar tal situação por meio de uma lei que estenda aos processos anteriormente julgados os efeitos da Lei 2.804, para os quais não haverá mais possibilidade de recurso "ex-officio", a fim de que cesse a paralização dos pagamentos.

Em alguns recursos, decidiu o Tribunal Federal de Recursos que os credores de pecuaristas não têm direito a honorários de advogado eis que a lei foi feita para beneficiar os devedores e só estes terão pagas pela União os honorários de seus advogados. Ora a lei 2.282 declara que ao passivo reajustável do devedor devedor ser incluídas as despesas judiciais e extrajudiciais de devedores e credores e em se tratando de honorários de advogado, na falta de contrato, o prazo não será superior a dez por cento. Como se vê, a lei não distinguu as despesas do devedor das do credor. Quiz beneficiar o devedor mas acautelou os interesses do credor. Não houve omissão, mas entende o Tribunal de modo afirmativo.

A União se compromete a pagar as despesas de devedor e credor, judiciais e extra-judiciais. Precisa o Congresso em tais condições esclarecer o espírito da lei, estabelecendo que naquele dispositivo está incluído o direito também do credor de ser reembolsado dos honorários de seu advogado.

Releva notar que as leis precipitadas prejudicaram os credores na longa paralização de seu capital, quase doze anos, reduziram-lhe os rendimentos do seu patrimônio e ainda o sacrificam com a entrega de apólices de valor nominal de mil cruzeiros mas valendo apenas seiscentos.

Espero, pois, que V. Ex.ª se digne de remeter a presente representação à Comissão de Legislação e Justiça para que a tome na consideração que merecer.

Com alta estima e consideração.

Cachoeira do Itapemirim, 10 de abril de 1957. — José de Medeiros Corrêa.

Concurso para Taquígrafo
Classe "N"

PROVA N.º 6 (TÉCNICA — RECINTO)

AVISO

O Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal avisa aos interessados que a vista da prova n.º 6 (Técnica — Recinto) será nos dias 22 e 23 do corrente, das 12 às 14 horas, na Diretoria da Taquígrafia.

Secretaria do Senado Federal, 20 de maio de 1957. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.